

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, ORGÃO AUTÔNOMO E INDEPENDENTE INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.

**REF.: CONCORRÊNCIA N.º 01/2022 – FLORESTA NACIONAL DO AMANA (LOTE III)
PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEI N.º 21000.077933/2021-06.**

RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.506.862/001-23, com sede na Estrada do Outeiro s/n, quadra 01, lote 07, bairro Maracacuera, CEP. 66.815-555, Distrito de Icoaraci, Município de Belém, Estado do Pará, neste ato representada pelo seu Procurador subscrito (procuração pública e contrato social em anexo), vem TEMPESTIVAMENTE, com base nos Art. 109, inciso I, alínea “b”, da lei nº 8.666/93 e no item 10.6.8 do Edital da Concorrência n.º 01/2022/SFB, perante Vossa Senhoria, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão da douta Comissão Especial de Licitação, que julgou classificadas as propostas das licitantes: AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA, bem como suscitar matéria em face das licitantes EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA e FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI, para elidir futura alegação de preclusão quanto a esta, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir apresentadas.

Por oportuno, requer o exercício do juízo de retratação e, em caso de manutenção da decisão, pugna pelo recebimento e processamento deste recurso, nos termos e prazo do Art. 109, §2º e §4º da Lei 8.666/93.

Nestes termos, pede e espera acolhimento.

Belém-PA para Brasília-DF, 12 de junho de 2022.

**RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI - CNPJ 22.506.862/0001-23
MAURO DA SILVA CALDAS
PROCURADOR LEGALMENTE CONSTITUÍDO**



ILUSTRÍSSIMO DIRETOR GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB

CONCORRÊNCIA 01/2022 – FLORESTA NACIONAL DO AMANA (LOTE III)

PROCESSO SEI Nº 21000.077933/2021-06.

RECORRENTE: **RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI**

RECORRIDAS: **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA**

MATÉRIA SUSCITADA COM O FITO DE EVITAR PRECLUSÃO NAS PROXIMAS FASES DO CERTAME EM FACE DE: **EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA e FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI.**

RAZÕES RECURSAIS

A recorrente se opõe à decisão da Douta Comissão Especial de Licitação – CEL que julgou habilitadas as licitantes **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA**, bem como suscita matéria em face das licitantes **EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA e FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI.**

1. DA TEMPESTIVIDADE.

A decisão recorrida foi publicada no Diário Oficial da União, edição nº 106, na Seção 3, no dia 06 de junho de 2022 (segunda-feira).

Assim, na forma do Art. 110¹, da Lei 8.666/93, e item 10.6.8² do Edital, o prazo para apresentação de recurso contra a decisão da CEL é de 5 (cinco) dias úteis, excluindo-se, na contagem, o dia do início e incluindo o dia do final.

Desta forma, a data final para interposição deste Recurso Administrativo é o dia 13 de junho de 2022. Portanto, tempestiva a presente irresignação.

¹ Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

² 10.6.8. Após análise, a CEL/SFB publicará a classificação ou a desclassificação fundamentada das propostas técnicas no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, **contados a partir do primeiro dia útil após publicação no DOU.** Havendo interposição, o recurso será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

2. DA SÍNTESE DOS FATOS

No dia 31 de maio de 2022 ocorreu a sessão de abertura das propostas técnicas do presente certame, no qual participaram dezenove empresas. Após análise das propostas, assim dispôs a decisão atacada:

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 1/2022

A Comissão Especial de Licitação (CEL), instituída pela Portaria/SFB nº 27, de 15 de março de 2022, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao certame licitatório da Concorrência nº 01/2022, que tem como objeto a concessão florestal das Unidades de Manejo Florestal I, II e III na Floresta Nacional do Amana - Lote 3, após análise dos documentos, divulga o resultado da fase de proposta técnica do certame conforme ata de reunião da CEL realizada em 02 de junho de 2022. Resultado da fase de proposta técnica: Para a UMF I: a) empresas com propostas classificadas: AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA. (CNPJ - 08.881.343/0001-14) com 500 pontos; AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 04.513.417/0001-09) com 500 pontos; ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. (CNPJ - 19.116.550/0001-07) com 500 pontos; BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 08.759.125/0001-01) com 500 pontos; CEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. (CNPJ 24.342.947/0001-49) com 500 pontos; DIÓGENES P. BATTISTI LTDA. (CNPJ - 08.189.402/0001-98) com 500 pontos; EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA. (CNPJ - 15.294.432/0001-20) com 500 pontos; ECOTRADE FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 42.608.762/0001-15) com 500 pontos; EXPORTADORA LUANDA LTDA. (CNPJ: 08.648.112/0001-65) com 500 pontos; IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. (CNPJ: 10.742.769/0001-39) com 499,46 pontos; FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA. (CNPJ - 74.002.056/0001-11) com 500 pontos; FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI (CNPJ - 27.836.767/0001-01) com 500 pontos; JEJ SERVIÇOS FLORESTAIS EIRELI (CNPJ - 42.239.069/0001-12) com 500 pontos; RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI (CNPJ - 22.506.862/0001-23) com 500 pontos; RIO DOCE MADEIRA LTDA. (CNPJ - 13.266.172/0001- 53) com 498,75 pontos; VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA. (CNPJ - 11.864.313/0001- 04) com 500 pontos; b) empresa com proposta desclassificada: TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI (CNPJ - 32.649.283/0001-93), desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério "4 - Agregação de valor" com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital. Para a UMF II: a) empresas com propostas classificadas: AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA. (CNPJ - 08.881.343/0001-14) com 500 pontos; AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 04.513.417/0001-09) com 500 pontos; ÁPICE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. (CNPJ - 19.116.550/0001-07) com 500 pontos; BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA. (CNPJ 08.759.125/0001-01) com 500 pontos; CEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. (CNPJ 24.342.947/0001-49) com 500 pontos; DIÓGENES P. BATTISTI LTDA. (CNPJ - 08.189.402/0001-98) com 500 pontos; EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA. (CNPJ - 15.294.432/0001-20) com 500 pontos; ECOTRADE FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 42.608.762/0001-15) com 500 pontos; EXPORTADORA LUANDA LTDA. (CNPJ - 08.648.112/0001-65) com 500 pontos; IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. (CNPJ: 10.742.769/0001-39) com 499,59 pontos; FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA. (CNPJ - 74.002.056/0001-11) com 500 pontos; FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI (CNPJ - 27.836.767/0001-01) com 500 pontos; JEJ SERVIÇOS FLORESTAIS EIRELI (CNPJ - 42.239.069/0001-12) com 500 pontos; RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI (CNPJ - 22.506.862/0001-23) com 500 pontos; RIO DOCE MADEIRA LTDA. (CNPJ - 13.266.172/0001- 53) com 499,55 pontos; VALE

DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA. (CNPJ - 11.864.313/0001-04) com 500 pontos; b) empresa com proposta desclassificada: TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI (CNPJ - 32.649.283/0001-93), desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério "4 - Agregação de valor" com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital. Para a UMF III: a) empresas com propostas classificadas: AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA. (CNPJ - 08.881.343/0001-14) com 500 pontos; BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 08.759.125/0001-01) com 500 pontos; CEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. (CNPJ - 24.342.947/0001-49) com 500 pontos; DIÓGENES P. BATTISTI LTDA. (CNPJ - 08.189.402/0001-98) com 500 pontos; EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA. (CNPJ - 15.294.432/0001-20) com 500 pontos; ECOTRADE FLORESTAL LTDA. (CNPJ: 42.608.762/0001-15) com 500 pontos; IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. (CNPJ - 10.742.769/0001-39) com 499,64 pontos; FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA. (CNPJ - 74.002.056/0001-11) com 500 pontos; FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI (CNPJ - 27.836.767/0001-01) com 500 pontos; INDÚSTRIA DE MADEIRAS PERONDI EIRELI. (CNPJ - 04.119.669/0001-58) com 500 pontos; JEJ SERVIÇOS FLORESTAIS EIRELI (CNPJ - 42.239.069/0001-12) com 500 pontos; RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI (CNPJ - 22.506.862/0001-23) com 500 pontos; SANTA JÚLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. (CNPJ - 10.796.596/0001-31) com 500 pontos, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA. (CNPJ - 11.864.313/0001-04) com 500 pontos; b) empresa com proposta desclassificada: TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI (CNPJ - 32.649.283/0001-93), desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério "4 - Agregação de valor" com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital. Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme o artigo 109, I, b, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contados na forma do artigo 110 do mesmo diploma legal.

PAULO SÉRGIO CAMARGO
Presidente da Comissão

Embora o inegável acerto na desclassificação da Licitante TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI, respeitosamente se ousa discordar da classificação das empresas **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA** e, ante os argumentos jurídicos abaixo, as recorridas devem ser desclassificadas.

3. DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DAS LICITANTES AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA E VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 1.4 e 9.7.4.1.

Compulsando as propostas técnicas das empresas **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA e VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA**, nota-se que o preenchimento destas está em desacordo com as regras editalícias e ao revés do entendimento manifestado pelo SFB. Senão, vejamos.

A licitante **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA** apresentou proposta técnica para as UMF's I e II, da seguinte forma:

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	AMAZONIA FLORESTAL LTDA
CNPJ:	04.513.417/0001-09
Nome do representante da empresa:	BRUNO NAGAI SARTO
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	01

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

27 MAI 2022

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	AMAZONIA FLORESTAL LTDA
CNPJ:	04.513.417/0001-09
Nome do representante da empresa:	BRUNO NAGAI SARTO
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	02

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

27 MAI 2022

Ao invés de preencher o formulário da UMF I apenas com os indicadores e parâmetros referentes àquela UMF, inseriu, também, os dados dos indicadores referentes a UMF II. E, na ficha de proposta da UMF II, cometeu o mesmo erro, afixando os dados referentes a UMF I.

Por seu turno, a licitante **EXPORTADORA LUANDA LTDA**, incorreu no mesmo equívoco, quando da formulação da proposta técnica das UMF's I e II:

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	EXPORTADORA LUANDA LTDA
CNPJ:	08.648.112/0001-65
Nome do representante da empresa:	Marcela Camila Ferreira da Silva
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA - PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	EXPORTADORA LUANDA LTDA
CNPJ:	08.648.112/0001-65
Nome do representante da empresa:	Marcela Camila Ferreira da Silva
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF II

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

Mesma falha insanável cometeu a licitante **VALE DO AMAZÔNAS ALIMENTOS LTDA**, nas propostas técnicas das UMF I, II e III:

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
 (deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
 Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	Vale do Amazonas Alimentos Ltda
CNPJ:	11.864.313/0001-04
Nome do representante da empresa:	Sandra Maria de Sequeira
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF-I

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	2 ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV = 22

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
 (deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
 Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	Vale do Amazonas Alimentos Ltda
CNPJ:	11.864.313/0001-04
Nome do representante da empresa:	Sandra Maria de Sequeira
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF-I

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	2 ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV = 22

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(deverão ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Floresta do Amaná/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	<i>Uale do Amaná Alimentos Ltda</i>
CNPJ:	<i>18.864.313/0001-04</i>
Nome do representante da empresa:	<i>Sandra Maria de Siqueira</i>
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	<i>UMF III</i>

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	<i>5</i> ha/ano
			UMF II: 0	7	<i>7</i> ha/ano
			UMF III: 0	2	<i>2</i> ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	<i>1</i> R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	<i>2</i> R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (x)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento final do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = <i>8</i>
			UMF II: 11	22	FAV = <i>22</i>
			UMF III: 11	22	FAV = <i>22</i>

Sandra M. Siqueira
Assinatura do Representante da licitante

CARTÓRIO VALES
34 Rua da Bahia e Avenida de Maré
Rua General Rondon, nº42 - Lagoinha - CEP: 65.908-100
Município de São João do Araguaia - TO

Da análise sistemática dos itens do edital, se denota que as empresas participantes **deveriam** apresentar um formulário individualizado, contendo a proposta técnica relativa a cada UMF, com os parâmetros e indicadores referentes, única e exclusivamente àquela Unidade pretendida.

Para tanto, colaciona-se o Item 1.4 do Edital de licitação:

1.4. Os envelopes das propostas técnica e de preço e de habilitação **deverão** ser apresentados separadamente, em 3 (três) envelopes distintos, conforme modelo indicado no item 1.7 deste edital.

O Item 1.7 do Instrumento Convocatório dispõe que os envelopes de técnica devem estar individualizados com a Unidade de Manejo pretendidas e, por consecução lógica e inarredável, com a parametrização preenchida referente tão somente a UMF que se pretende concorrer, afinal, se fosse para preencher a Ficha de Proposta Técnica com dados concernentes a todas as UMF's desejadas, não haveria necessidade de entregar um envelope para cada uma delas.

Inclusive o Edital não faz ressalvas ou alusões a esta possibilidade.

Aliás, a única possibilidade de unificação de informações sobre de todas as UMF's, diz respeito a faculdade de se apresentar um único envelope de habilitação contendo o acervo documental conglobado das Unidades almejadas (Item 1.6 do Edital).

Forçoso, então, reconhecer que o preenchimento das propostas técnicas das empresas supra indicadas não recebe guarida de nenhuma regra editalícia, ao oposto, vai de encontro às normativas do certame e ao entendimento vinculante do próprio Órgão Licitante.

Ora, a insigne CEL, ao ser questionada em consulta formal, sobre o preenchimento das propostas, manifestou-se na obrigatoriedade de **preenchimento distinto de cada proposta técnica e de preço**³. Vejamos

QUESTIONAMENTO 7

Observei que os formulários das propostas técnicas e de preços possuem campos agrupados para as 3 UMFs. Assim, é **obrigatório** que o Licitante interessado nas 3 UMFs apresente um único envelope para cada proposta, ou poderá apresentar envelopes, com proposta técnica e de preço, distintos para cada UMF?

Resposta: Os envelopes relativos às propostas técnica e de preço devem ser encaminhados de forma distinta para cada UMF à qual o proponente pretenda concorrer. Ou seja, caso a proponente concorra a 3 (três) UMFs serão 6 (seis) envelopes (3 com propostas técnicas e 3 com proposta de preço). Em relação ao envelope com os documentos de habilitação, pode ser encaminhado um só envelope, conforme disposto no item 1.6. do edital: "Quando o interessado pretender concorrer a mais de uma Unidade de Manejo Florestal (UMF), poderá apresentar apenas um envelope de documentos de habilitação, contendo um conjunto de documentos referentes às unidades de manejo pretendidas. No envelope deverão constar, conforme identificação externa apresentada no item 1.7, todas as unidades de manejo florestal a que o interessado pretenda concorrer."

O questionamento foi justamente para dirimir a dúvida se, havendo campos agrupados para todas as UMF's, no Formulário de Propostas Técnicas, fazia necessário a apresentação de um único envelope para cada proposta ou se deveriam ser acondicionadas em envelopes distintos, **ao que a resposta da CEL foi de meridiana clareza da necessidade de um formulário de proposta técnica (e de preço) para cada UMF pretendida.**

³ Nota de esclarecimento ao edital, com as respostas da CEL aos questionamentos encaminhados sobre a Concorrência 01/2022. Pode ser consultado no link: <https://www.florestal.gov.br/documentos/concessoes-florestais/proximas-concessoes-editais-abertos/editais-abertos/flona-do-amana-lote-iii-licitacao/6001-sei-mapa-21822200-nota-de-esclarecimento-2022-05-24/file>

Por encadeamento lógico, torna-se inconteste na resposta da CEL que as licitantes deveriam, **obrigatoriamente**, preencher cada formulário somente com os dados da UMF pretendida, não havendo espaço interpretativo sobre a possibilidade de aposição de informações de mais de uma UMF numa mesma ficha.

Atente-se ao fato de que, por expressa previsão do edital, as respostas formais aos pedidos de esclarecimento serão consideradas partes integrantes deste:

4.1. Caso qualquer interessado necessite de informações ou esclarecimentos complementares sobre o edital e seus anexos, deverá solicitá-los ao SFB até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes com os documentos de Propostas e Habilitação, por meio de:

i (i) mensagem dirigida ao endereço eletrônico amana.lote3@agro.gov.br; ou
(...)

4.3. As informações ou esclarecimentos do SFB serão encaminhadas aos demandantes e divulgadas no sítio eletrônico www.florestal.gov.br, sem identificação da fonte do questionamento.

4.4. Todas as respostas formais do SFB aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item serão consideradas parte integrante deste edital. (Sem grifos no original)

Ou seja, em sendo partes integrantes do Instrumento Convocatório, os esclarecimentos da CEL são posicionamentos vinculantes, tanto à Comissão quanto aos licitantes e de cumprimento obrigatório pela Administração Pública, conforme teor do disposto no Art. 41 da Lei 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Guardado o devido respeito, desacertada a decisão da CEL ao classificar as licitantes supra, pois afastou-se dos ditames do Edital.

O Art. 3º da Lei 8.666/93 dispõe que a licitação será processada e julgada observando o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Sem grifos no original.

Assim, em obediência a vinculação ao Instrumento, uma vez determinadas as regras do certame, estas devem ser cumpridas por todos os participantes e veladas pelo Órgão Licitante.

Neste sentido, decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. **PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO.** A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, **especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público**, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. **Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas.** Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS

ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA). Sem grifos no original.

Acerca da obrigatoriedade de a Administração seguir as regras do edital, é o julgado do Tribunal de Contas da União:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993). No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 44 da Lei nº 8.666/1993). **O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (art. 45 da Lei nº 8.666/1993).**

(TCU 00863420091, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 07/10/2009). Sem grifos no original.

É copiosa a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a necessidade de estrita observância das regras do edital:

Zelee para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência as diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame.

Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)

Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 330/2010 Segunda Câmara

Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstendo-se de aprovar propostas desconformes com o edital. (Sem grifos no original).

Acórdão 2406/2006 Plenário

Ademais, classificação das empresas que preencheram as propostas em afronta ao Instrumento Convocatório afasta a previsibilidade das decisões do Órgão Licitante, que deve decidir sempre pautado pelas disposições do Edital.

Portanto, a desclassificação das acima citadas licitantes é medida impositiva, para garantir o respeito ao Edital, ao princípio da isonomia e concretizar o valor maior da segurança jurídica.

Aliás, acerca da segurança jurídica, cumpre trazer à baila o teor do que dispõe o Art. 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB:

As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos,

súmulas administrativas **e respostas a consulta**. ([Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018](#)) ([Regulamento](#))

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no **caput** deste artigo **terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão**. (Sem grifos no original).

O art. 30 da LINDB diz respeito ao dever de observância à segurança jurídica por todas as Autoridades Públicas que profiram decisões e manejem casos de Direito Público.

A intenção desta norma é a institucionalização do respeito às decisões do Poder Público, com vistas ao desenvolvimento da estabilidade e previsibilidade nas relações entre o particular e a Administração Pública, determinando a necessidade de observância futura aos preceitos normativos estampados nas consultas.

Levando em conta a imposição do art. 30 da LINDB, o correto seria a CEL ter pautado o julgamento das propostas de acordo com o Instrumento Convocatório e em respeito as respostas formais exaradas nas consultas sobre o Edital.

No caso específico deste certame, a classificação das empresas ao norte indicadas **vai de encontro ao Instrumento Convocatório e a posições emanadas pela própria Comissão de Licitação**, gerando *déficit* de confiança e insegurança aos demais atores do processo, que esperam que as regras pré-estabelecidas do “jogo” sejam seguidas à risca, principalmente pela Administração Pública.

Por fim, mas não menos importante, a decisão atacada fere, também, o princípio da isonomia entre os licitantes, pois a classificação das recorridas alhures mencionadas importa em tratamento diferenciado e privilegiado a empresas que, mesmo não cumprindo as regras, ainda assim lograram aprovação de suas propostas.

Corroborando a necessidade de se assegurar o respeito ao princípio da igualdade entre os licitantes, segue decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região neste sentido:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. INOBSERVÂNCIA À REGRA EXPRESSA. INABILITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1. **A parte autora não atendeu às exigências do edital, de modo que admitir que permaneça no certame implicaria fragilização e ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de privilégio indevido a um dos concorrentes (com o afastamento de critério estabelecido objetivamente no edital e aplicado a todos), o que fere o princípio da igualdade.** 2. A jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o princípio da vinculação restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a desclassificação do licitante que descumprir as exigências previamente estabelecidas. (TRF-4 - AC: 50012411020174047200 SC 5001241-10.2017.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/07/2020, QUARTA TURMA). Sem grifos no original.

Ante o exposto, em vista do descumprimento das regras previstas no edital, **requer a reforma da decisão da Douta CEL, com a consequente desclassificação das empresas AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA e VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA, pelo preenchimento das propostas técnicas em desconformidade com as disposições do Instrumento Convocatório.**

4. DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE EXPORTADORA LUANDA LTDA. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 6.1.2 e 6.7 DO EDITAL. DO DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO CONTRATO SOCIAL.

Não obstante ter preenchido o Formulário de Proposta Técnica em desconformidade com as disposições do Edital, a **EXPORTADORA LUANDA LTDA** incorre em vício de representação, que fulmina sua continuidade no presente certame.

A licitante foi representada na sessão pela Sra. **MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA**, cujos documentos de credenciamento apresentados constavam duas

Procurações *Ad Judicia Et Extra*, contrato social e alterações contratuais e uma Procuração Pública.

Compulsando a documentação da licitante nota-se que Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro, de sua última alteração contratual, arquivada na Junta Comercial do Estado do Pará em 15 de março de 2022, dispõe acerca da Administração da Sociedade, prevendo necessidade de outorga de Procurações Públicas a eventuais representantes:

CLÁUSULA NONA – ADMINISTRAÇÃO – A Administração e uso da denominação social são exercidos pelo sócio **OSMAR ALVES FERREIRA**, que deverá assinar conforme abaixo:

Parágrafo Terceiro – A empresa poderá, ainda, ser representada por procuradores conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem, sendo que todas as procurações serão outorgadas para fins específicos, deverá ser pública e por tempo determinado, com exceção de procurações "ad judícia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. O outorgante responderá, solidariamente com o outorgado, pelos atos praticados pelo procurador.

Segundo disposição do Código Civil – CC, a sociedade tem sua constituição e regência pelo Contrato Social:

Art. 997. **A sociedade constitui-se mediante contrato escrito**, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

(...)

Portanto, o contrato social é o instrumento da Pessoa Jurídica na disciplina da exteriorização da vontade social perante terceiros. Além disto, o ato constitutivo origina obrigações do sócio à Pessoa Jurídica, que devem ser fielmente cumpridas.

Isto posto, fica claro que, **para a estrita obediência das cláusulas do ato constitutivo, a Recorrida deveria ter apresentado procuração pública**, por prazo determinado, ou em caso de procuração *Ad Judicia*, também pública, podendo ser por prazo indeterminado. Somente assim o sócio administrador estaria agindo em cumprimento aos ditames do Contrato Social.

Percebe-se que se trata de uma procuração privada, **concedida para a Sra. Marcela Camila Ferreira da Silva**. Ora, a procuração, embora contenha a disposição de que a outorgada teria os poderes para a prática de atos relativos ao certame, é inapta para o fim a que se destina, **uma vez que confeccionada em desacordo com a disposição do Contrato Social**, o qual, repete-se, determina a outorga de Procuração Pública.

Menos sorte tem a segunda procuração *Ad Judicia Et Extra*, pois incorre na mesma afronta ao precitado Parágrafo Terceiro, da Cláusula Nona:

PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA”

OUTORGANTE: EXPORTADORA LUANDA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 08.648.112/0001-65, localizada na Av. Martinho Monteiro, nº 1028 A, Bairro: Murinim, CEP: 68.795-000, Benevides/PA, neste ato, representada por seu proprietário [REDACTED] **ALVES FERREIRA**, portador do RG nº [REDACTED], inscrito no CPF nº 158.659.911-[REDACTED] residente e domiciliado na cidade de nesta capital.

OUTORGADO: MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA, advogada, regularmente inscrita na OAB/PA nº 15.313, com endereço profissional no rodapé deste instrumento, utilizando o endereço eletrônico adv.marcelaferreira@hotmail.com e adv.marcelaferreira1984@gmail.com.

PODERES: Pelo presente instrumento particular, o (a) OUTORGANTE nomeia e constitui seu procurador, o OUTORGADO acima qualificado, a quem confere amplos e irrestritos poderes para o foro em geral, com cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA”, em qualquer juízo, instância, tribunal, *órgãos públicos (federal, estadual ou municipal), órgãos da administração pública direta ou indireta*, cartórios (de notas, protesto, imóveis, títulos e documentos, registro civil das pessoas jurídicas, naturais e de interdições e tutelas, e de distribuição), empresas públicas ou privadas em geral, associações, entidades governamentais ou não, sindicatos, podendo representar, propor ações em nome do (a) OUTORGANTE e defendê-lo (a) nas contrárias; confessar; reconhecer a procedência do pedido; transigir; desistir; renunciar ao direito sobre que se funda a ação; receber e dar quitação; firmar termo e compromisso; nomear bens à penhora; analisar, requerer e retirar documentos; praticar todos os atos do processo, exceto receber citação; e, inclusive substabelecer, com ou sem reserva, podendo também, em Juízo ou fora dele, praticar quaisquer atos necessários à defesa dos direitos e interesses do (a) OUTORGANTE e ao bom e fiel cumprimento deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente.

Belém-PA, 11 de maio de 2022.



Ambas as procurações acima colacionadas **não são instrumentos válidos e nem eficazes** a credenciar a representação na sessão e a assinatura das propostas técnicas, **pois não estão em conformidade com as disposições do Contrato Social, que impõe que todas as procurações outorgadas TÊM QUE SER PÚBLICAS, independentemente se forem *Ad Judicia* ou não.**

Havendo a previsão contratual de que a procuração deve ser concedida na forma pública, a aceitação de instrumento sem o cumprimento das formalidades necessárias representaria verdadeira flexibilização da segurança que se busca, a partir da pactuação da referida cláusula do ato constitutivo, que impões que a outorga de poderes a procurador obedeça a formalização mais solene.

Dado o exposto, imperativo reconhecer que a irregularidade na representação da sociedade **equivale à sua própria ausência no momento da sessão e a ausência de assinatura nas propostas técnicas.**

A Procuração Pública da Licitante, por sua vez, também afronta a Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro do Contrato Social pois, embora pública, não foi conferida por prazo determinado e, **além, está em desacordo com os dispostos nos itens 6.1.2 e 6.7, Do Instrumento Convocatório, que impõem a outorga de poderes específicos para prática de atos relativos ao certame:**


6. DA REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES

i 6.1. **As licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representadas por:**


(...)

ii 6.1.2. **Pessoa designada pela entidade licitante, que deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, concedendo à pessoa poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame, e o registro comercial, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus**

6.7. Toda a documentação firmada por representante e apresentada pela licitante deve estar acompanhada de comprovação que respalde a competência do representante legal à época da emissão do documento. Sem grifos no original.



4º OFÍCIO DE NOTAS
 REGIONAL DO PISHEIRO DA CUNHA
 Tabelião
 ANTONIO CARLOS PISHEIRO DA CUNHA
 Substituto
 RAQUEL MATOS RIBEIRO VASCONCELOS
 Co-gestora Tabelião




Livro nº 328-P - SS

Folha nº 63

Ato nº 122

Procuração Pública

EXPORTADORA LUANDA LTDA.-



S A I B A M, quantos este público instrumento de

procuração bastante virem, que no dia doze (12) do mês de maio do ano de dois mil, vinte e dois (2022), da Era Cristã, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em meu Cartório, na Avenida Almirante Barroso, nº 3.124, Bairro Souza, perante mim, Tabelião, compareceu **EXPORTADORA LUANDA LTDA.**, estabelecida na Avenida Martinho Monteiro, nº 1028-A, bairro Murumim, Município de Benevides, deste Estado, deste Estado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.648.112/0001-65, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA sob o nº 15200963042, em data de 05 de fevereiro de 2007, e posteriores alterações contratuais, sendo a última arquivada sob o nº 20000555307, em sessão de 07 de março de 2018, neste ato representada por seu Titular **OSMAR ALVES FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, filho de: [REDACTED]

[REDACTED], portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e do CPF/MF nº [REDACTED], domiciliado e residente na [REDACTED] Montenegro Boulevard, nº 4900, quadra 19, Lote 312, Rua Jatobá, bairro Parque, nesta Cidade, [REDACTED] a presente reconhecida como a própria de mim Tabelião, à vista dos documentos que me foram apresentados, do que dou fé; e, por ela me foi declarado que, por este público instrumento, nomeava e constituía com bastante procuradores **MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, filha de José de Cupertino Silva e de Telma de Fauma da Silva, advogada, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº 15313/OAB/PA, inscrita no CPF nº [REDACTED] endereço eletrônico: adv.marcelafferreira@hotmail.com, e/ou **MARCOS PAULO PICANCO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, filho de [REDACTED] advogado, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 22587/OAB/PA, inscrito no CPF nº [REDACTED] endereço eletrônico: dr.marcospaulops@gmail.com, ambos endereços profissionais situado na Rua Avertano Rocha, nº 192, sala 302, bairro Campina, nesta Cidade; aos quais conferem amplos poderes para resolver todo e qualquer assunto de interesse da outorgante, podendo representá-la perante cartórios, especial em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, paraestatais, pessoas de direito privado e sociedades de economia mista, Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria de Finanças do Município, Polícias Federal e Estadual, Civil e Militar, Justiça Federal e Estadual, Cível, Criminal, Eleitoral e do Trabalho, Delegacias e Seccionais de Polícia, Juizados Especiais e de Pequenas Causas; podendo ainda, apresentar, juntar, requerer, retirar, protocolar e assinar quaisquer documentos necessários, inclusive certidões, laudos, atestados, prestar esclarecimentos e declarações; solicitar levantamentos, consultas e pesquisas acerca de cadastros, bens, débitos ou créditos; fazer levantamentos, negociar e pagar impostos, taxas e emolumentos; constituir advogado com os poderes da cláusula *Ad Judicia* em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo o profissional contratado propor e variar de ações, produzir provas e justificações; acordar, transigir, desistir,

Matriz: Trav. Três de Maio, 1503 - Tel: (91) 3249-4005/3249-4018

Sucursal: Av. Almirante Barroso, 3124 - Tel: (91) 3243-1205/3231-7999

firmar compromissos, interpor recursos; agravar ou apelar de qualquer despacho ou decisão; opor embargos; enfim, praticar todos os demais atos que mister se façam ao bom e fiel desempenho deste mandato, que poderá substabelecer, no todo ou em parte. - ASSIM o disse, do que dou fê, e me pediu este instrumento, que lhe li, aceitou e assinou, perante mim, Daniel Alves da Cunha, Escrevente Autorizado, que o digitei. (a) **OSMAR ALVES FERREIRA-EMOLUMENTOS:** 1 - 122 - Procuração relativa à situação jurídica com conteúdo financeiro, (Art.329 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro), R\$245,60 - Selo: A000060331, R\$7,15 **VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA.** Nada mais. Eu, Marcela Camila Ferreira da Silva, Escrevente Autorizado, subscrevo e assino em público e raso.

Belém (PA), 12 de maio de 2022

O Instrumento Procuratório acima não é específico para a prática de atos relativos ao certame, sequer outorga poderes de atuação perante o Serviço Florestal Brasileiro, não sendo instrumento hábil a conferir direito de representação na sessão de licitação e em nenhum ato referente a esta, por descumprimento dos itens 6.1.2 e 6.7 do Edital.

A ineficácia, invalidade e irregularidade das procurações enseja a desclassificação das propostas técnicas da Licitante para as UMF's I e II, **pois não foram assinadas pelo titular da Pessoa Jurídica, mas pela Sra. MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA**, que, conforme exaustivamente narrado e provado nestas razões, não tinha poderes para prática de atos do certame.

A título de comprovação do alegado, vejamos a assinatura do titular da empresa, o Sr. OSMAR ALVES FERREIRA, constante do rol de documentos juntados pela Recorrida:



Agora, as assinaturas das propostas técnicas ofertadas pela Licitante:

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(devem ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	EXPORTADORA LUANDA LTDA
CNPJ:	08.648.112/0001-65
Nome do representante da empresa:	Marcela Camila Ferreira da Silva
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF I

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA – PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO
(devem ser preenchidos somente os campos com fundo em cor cinza)
Concorrência nº 01/2022 – Flona do Amana/PA

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	EXPORTADORA LUANDA LTDA
CNPJ:	08.648.112/0001-65
Nome do representante da empresa:	Marcela Camila Ferreira da Silva
Unidade de Manejo Florestal (UMF) de interesse:	UMF II

Proposta do critério melhor técnica

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta da licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1 - Recuperação de áreas degradadas ou desflorestadas	hectare/ano	UMF I: 0	5	5 ha/ano
			UMF II: 0	7	7 ha/ano
			UMF III: 0	2	ha/ano
	A2 - Investimento na proteção da floresta	R\$/hectare (de área total da UMF)	0,50 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare	1 R\$/hectare
2 – Social	A3 - Investimentos em infraestrutura e serviços para comunidade local	R\$/hectare (de área total da UMF)	1,00 R\$/hectare	2,00 R\$/hectare	2 R\$/hectare
3 – Eficiência	A4 - Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal	Não	Sim	Não () Sim (X)
4 – Agregação de valor	A5 - Grau de processamento local do produto florestal	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal	UMF I: 4	8	FAV = 8
			UMF II: 11	22	FAV = 22
			UMF III: 11	22	FAV =

Assinatura do Representante da licitante

As propostas foram subscritas por **MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA**, pessoa sem poder para prática deste ato.

Torna-se necessário esclarecer que, no concerne aos elementos estruturais do negócio jurídico “Instrumento de Mandato”, se nota que as Procurações Pública e Particulares, supra anexadas, violam dois dos planos estruturantes do negócio jurídico: o Plano de Validade e o Plano de Eficácia.

Em rápida síntese, no que pertine ao negócio jurídico, o ilustre jurista Pontes de Miranda concebeu uma estrutura lógica para explicar os elementos deste, o que se convencionou chamar de Escada Ponteana.

Para Pontes de Miranda, o negócio jurídico tem três planos, a saber: plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.

Sobre o tema, cabe colacionar a doutrina de Flávio Tartuce⁴, que citando Pontes de Miranda, assevera:

Sobre os três planos, ensina Pontes de Miranda que “existir, valer e ser eficaz são conceitos tão inconfundíveis que o fato jurídico pode ser, valer e não ser eficaz, ou ser, não valer e ser eficaz. As próprias normas jurídicas podem ser, valer e não ter eficácia (H. Kelsen, *Hauptprobleme*, 14). O que se não pode dar é valer e ser eficaz, ou valer, ou ser eficaz, *sem ser*; porque não há validade, ou eficácia do que não é”.

(...)

Na esteira das palavras de Pontes de Miranda, o esquema é perfeitamente lógico, eis que, em regra, para que se verifiquem os elementos de validade, é preciso que o negócio seja existente. Para que o negócio seja eficaz, deve ser existente e válido. Sem grifos no original.

Resumindo, para que o negócio jurídico esteja apto a produzir seus efeitos, precisa cumprir os três planos estruturantes de sua formação.

⁴ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito civil: volume único**. Flávio Tartuce. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 214-215

Trazendo isto para o caso em tela, no que concerne as procurações particulares da Recorrida, o negócio jurídico **Contrato de Mandato estabelecido entre a pretensa representante da empresa**, a Sra. MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA, e a licitante EXPORTADORA LUANDA LTDA **é inválida perante a pessoa jurídica**, UMA VEZ QUE FIRMADO EM AFRONTA AO DISPOSTO NO ATO CONSTITUTIVO, **violando o plano de validade da formação e instrumentalização do Mandato**.

Explica-se. A procuração é o meio pelo qual o negócio jurídico denominado mandato se instrumentaliza⁵. Como dito acima, **o Contrato Social da Recorrida prevê a forma que as Procurações outorgadas pela empresa devem observar: Públicas**.

Portanto, as procurações acima colacionadas violam a forma prescrita pelo Instrumento Contratual. A forma, enquanto elemento adjetivo do negócio jurídico⁶, está inserta no plano de validade.

Prevê o Código Civil que a validade do negócio jurídico está condicionada a:

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei. (Grifou-se).

Por expressa determinação legal (Art. 997, CC), o contrato social contém as cláusulas de regência da Pessoa Jurídica, que devem ser observadas pelos sócios. E, no Instrumento Contratual da licitante, a forma a ser observada para procurações está bem delineada.

Qualquer outra forma procuratória adotada pela licitante estará desobedecendo a legislação empresarial (Art. 997, CC), pois a Recorrida se obriga aos termos de seu ato constitutivo.

⁵ Art. 653. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

⁶ Op.cit, p. 216

Neste sentido, cabe colacionar o julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, julgando situação análoga, determinou a manutenção de descredenciamento e desclassificação de empresa que, quando da outorga de procuração para participar de certame, o fez em afronta às cláusulas do Contrato Social:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - PERDA DE OBJETO - INOCORRÊNCIA - CONTRATAÇÃO AINDA NÃO FINDA - INTERESSE PROCESSUAL INCÓLUME - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA - DESCREDENCIAMENTO NO ÂMBITO DO PREGÃO - **PROCURAÇÃO CONCEDIDA SEM A OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS IMPOSTOS PELO CONTRATO SOCIAL - SEGURANÇA DENEGADA.** Ainda vigente a contratação advinda do pregão impugnado, cujos efeitos não se consumaram, é certo que a adjudicação não acarreta a perda de objeto do mandado de segurança que vista a desconstituir o descredenciamento da empresa no pregão presencial, pois eventual irregularidade também contamina a adjudicação e a posterior celebração do contrato. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Não se afigura irregular a decisão da pregoeira que desclassificou a empresa com base na irregularidade da procuração outorgada a terceiro, eis que o contrato social da empresa impõe que os mandatos sejam outorgados por todos os sócios. Cassação da sentença. Denegação da segurança, nos termos do artigo 1.013, § 3º, do NCPC.

(TJ-MG - AC: 10114140164111001 MG, Relator: Corrêa Junior, Data de Julgamento: 29/11/2016, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/12/2016)

Assim, como as procurações privadas ao norte colacionadas violam a forma disposta pelo contrato de constituição e regência da licitante, são inválidas, portanto, inaptas a conceder poderes de representação e de assinatura das propostas por terceiro.

E, como os Instrumentos Procuratórios Privados da licitante vão de encontro ao Contrato Social, se perfectibiliza a violação do plano de eficácia do Instrumento do Mandato, uma vez que os pactos firmados com violação aos termos do ato constitutivo, **SÃO, POR EXPRESSA DETERMINAÇÃO LEGAL, INEFICAZES PERANTE TERCEIROS**, ou seja, no caso em análise, ineficazes ao SFB.

Art. 997. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

(...)

Parágrafo único. **É ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato.**

Se todo o exposto não for suficiente para desclassificar a empresa, cumpre rememorar que os negócios jurídicos celebrados em desconformidade à forma prescrita são nulos de pleno direito, segundo disposto no Código Civil:

Art. 166. **É nulo o negócio jurídico quando:**

(...)

IV - **não revestir a forma prescrita em lei**; sem grifos no original.

Portanto, deve a decisão da CEL ser reformada, **para desclassificar a Recorrida, haja vista a assinatura das propostas técnicas por pessoa detentora de procuração inválida e ineficaz, que o importa na própria ausência de proposta técnica da licitante no certame.**

E, sequer se cabe falar em excesso de formalismo, especialmente considerando que tal exigência (PROCURAÇÃO PÚBLICA) foi imposta pelo próprio sócio⁷ único da Recorrida no Contrato Social.

⁷ Trata-se de uma sociedade limitada unipessoal.

Além disto, não se pode admitir que Pessoas Jurídicas logrem êxito em galgar aprovação do Órgão Licitante as custas do sacrifício das normas empresarias que regem sua existência social.

Na remota possibilidade de se levantar a ideia de que uma das procurações particulares está de acordo com o item 6.1.2 do Edital, rechaça-a desde já, uma vez que não basta que a Licitante apresente um documento formalmente de acordo com o edital, mas que, em sua substância, está em desacordo com as regras empresariais de regência das pessoas jurídicas.

A escolha da proposta mais vantajosa pela administração deve ser guiada pelo absoluto respeito ao ordenamento jurídico como um todo. Assim o é pela existência do Princípio da Subordinação à Lei: o agente público somente pode atuar conforme determina a lei, na sua concepção ampla.

Tal princípio informa que o agente estatal não deve praticar condutas que embora considere devidas, sejam desprovidas de embasamento legal específico. Assim, no âmbito do Direito Administrativo qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

Por fim, a Procuração Pública da recorrida não é meio hígido para validar a representação e a assinatura das propostas técnicas pela Sra. MARCELA CAMILA DA SILVA FERREIRA, pois incorre em dupla falha: violou o ato constitutivo da licitante, pois não foi concedida por prazo determinado e violou as regras editalícias apostas nos itens 6.1.2 e 6.7, **uma vez que não confere poderes específicos para a prática de atos relativos ao certame e a subscrição das propostas foi firmada por pessoa sem poder de representação.**

Da simples leitura da Procuração Pública nota-se que esta é genérica, nem mesmo outorga poder de atuação perante o Serviço Florestal Brasileiro. Portanto, sendo genérica e não abarcando o poder de prática de atos relativos à Concorrência 01/2022, como a assinatura de propostas, é salutar a desclassificação da empresa.

A licitação é insculpida sobre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e, em caso de desatendimento de qualquer interessado aos requisitos exigidos no Edital, não se deve permitir sua participação no certame.

Neste sentido, cabe juntar o julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. ATO ADMINISTRATIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. **INOBSERVÂNCIA EDITALÍCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.** RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - Conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça verifica-se o princípio da vinculação ao edital pela Administração Pública e os licitantes do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 - Em processo licitatório o edital é a lei para os concorrentes, devendo ser suas disposições rigorosamente cumpridas pelos licitantes, incorrendo risco de ferir os princípios básicos da licitação, especialmente quanto à legalidade, igualdade e vinculação ao edital - A inobservância do edital implica na inabilitação do licitante ao certame, o que afasta seu direito de participar das fases subsequentes.

(TJ-MG - AC: 10000210864807001 MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de Julgamento: 27/07/2021, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 04/08/2021). Sem grifos no original.

Ante todo o exposto, requer a reforma da decisão de classificação da licitante EXPORTADORA LUANDA LTDA, com a consequente desclassificação de suas propostas técnicas para as UMF's I E II, por descumprimento do Contrato Social e por inobservância dos dispostos nos Itens 6.1.2 e 6.7 do Instrumento Convocatório.

5. DO VESTÍGIO DE PRÁTICAS PRÉ-AJUSTADAS PELAS LICITANTES FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI E EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA. DA SUSCITAÇÃO DA MATÉRIA PARA NÃO OPERAÇÃO DA PRECLUSÃO NAS FASES POSTERIORES DO CERTAME.

Para os fins de não operação de preclusão nas fases posteriores do certame da matéria alegada neste tópico, é importante ventilar, desde já, o início de vestígios de práticas pré-ajustadas entre as licitantes **EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA** e **FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI**.

Pois bem, há nos autos do processo administrativo desta Concorrência vestígios da possibilidade de arranjo entre as licitantes. Vejamos.

O primeiro vestígio ocorre já no protocolo dos envelopes com as propostas e documentos de habilitação no SFB, em que há a injustificável coincidência da proximidade de horário de apresentação destes no Órgão Licitante.

A **EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA** protocolou os documentos, por meio do sócio **LEONIDAS DAHÁS JORGE DE SOUZA**, as 14h:13min, em 30/05/2022:



MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA INSTITUCIONAL
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
SERVIÇO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO

REMETENTE SEPRO/DIPROT/MAPA		SFB
Nº DE ORDEM	NATUREZA DOS PROCESSOS E DOCUMENTOS	OBSERVAÇÕES
01	Documentação Sigilosa entregue pelo Sr. Leonidas Dahás Jorge de Souza No dia 30/05/2022 às 14:13	Ao Serviço Florestal Brasileiro Concorrência 01/2022
02	03 envelopes lacrados Nº1 - PROPOSTA TÉCNICA	
03	03 envelopes lacrados Nº2 - PROPOSTA DE PREÇO E FORMULÁRIO MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROPOSTA.	
04	01 envelope lacrado Nº 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
05		
06		

Por seu turno, a licitante **FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI** protocolou os documentos no SFB, por intermédio de seu titular **VINÍCIUS LOCATELLI BELUSSO**, as 14h12min, em 30/05/2022:

**GUIA DE REMESSA DE
DOCUMENTOS**

**MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA INSTITUCIONAL
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
SERVIÇO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO**

REMETENTE SEPRO/DIPROT/MAPA	SFB
---------------------------------------	------------

N ° DE ORDEM	NATUREZA DOS PROCESSOS E DOCUMENTOS	OBSERVAÇÕES
01	Documentação Sigilosa entregue pelo Sr. Vinicius Locatelli Belusso No dia 30/05/2022 às 14:12	Ao Serviço Florestal Brasileiro Concorrência 01/2022
02	03 envelopes lacrados N°1 - PROPOSTA TÉCNICA	
03	03 envelopes lacrados N°2 - PROPOSTA DE PREÇO E FORMULÁRIO MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROPOSTA.	
04	01 envelope lacrado N° 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
05		
06		

A explicação racional da proximidade do horário de apresentação dos documentos no SFB deflui da inarredável conclusão de que os representantes das licitantes estavam juntos quando da entrega dos envelopes.

Alia-se a estes vestígios, outro: as assinaturas das propostas técnicas das empresas foram reconhecidas em cartório, embora distintos, no mesmo dia, em 27 de maio de 2022 e, cabe lembrar que ambas se sediam na mesma cidade e no mesmo Distrito: Belém do Pará, Distrito de Outeiro.

FORTIMBER -UMF'S I, II e III, respectivamente:



II: 11 | 22 | FAV =

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
 sua marca registrada em regime de

09220-3308
 3247-3308 / 3247-1282
 cga@cartorioigivaldoaraujo.com.br
 Rua Siqueira Mendes, 1001 - Ponta Grossa - Itanaci / Belém - PA / CEP 66012-460

Oficial: Givaldo Gomes de Araújo

SEMELHANÇA

Reconheço por Semelhança a firma de:
VINICIUS LOCATELLI BELUSSO

Belém(PA), 27/05/2022. Em testemunho da Verdade

BRUNA BARATA DOS SANTOS - Escrevente Autorizada
 Emol: R\$5,28 - FRJ: R\$0,96 - FRC: R\$0,16 - Selo: R\$0,45
 Total: R\$6,85
 3782824 - A - 428287300000/808/420213250

Bruna Barata dos Santos
Escrevente Autorizada

AA059499

Válido somente com selo de autenticidade

III: 11 | 22 | FAV = 22

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
 sua marca registrada em regime de

09220-3308
 3247-3308 / 3247-1282
 cga@cartorioigivaldoaraujo.com.br
 Rua Siqueira Mendes, 1001 - Ponta Grossa - Itanaci / Belém - PA / CEP 66012-460

Oficial: Givaldo Gomes de Araújo

SEMELHANÇA

Reconheço por Semelhança a firma de:
VINICIUS LOCATELLI BELUSSO

Belém(PA), 27/05/2022. Em testemunho da Verdade

BRUNA BARATA DOS SANTOS - Escrevente Autorizada
 Emol: R\$5,28 - FRJ: R\$0,96 - FRC: R\$0,16 - Selo: R\$0,45
 Total: R\$6,85
 3782822 - A - 228287300000/808/420213250

Bruna Barata dos Santos
Escrevente Autorizada

AA059487

Válido somente com selo de autenticidade

EBATA – UMF'S I,II e III, respectivamente:

Cartório Conduru
 4º Ofício de Notas
 Belém - PA

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-388 • Fone: (91) 3249.4018/3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião

Reconheço a autenticidade da firma de: **LEONIDAS DAHAS**
JORGE DE SOUZA

Dou fé. Em testº da verdade Emol.: R\$5,40 Selo: R\$0,45
 Belém-PA, 27/05/2022 14:15. SÉRIE A Nº 3804402.
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 20440830000091408062314250

Ana Celeste Andrade de Araújo - ESCRIVENTE CHEFE

Ana Celeste Andrade de Araújo
Escrevente Autorizada

Cartório Conduru
 4º Ofício de Notas
 Belém - PA

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-388 • Fone: (91) 3249.4018/3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião

Reconheço a autenticidade da firma de: **LEONIDAS DAHAS**
JORGE DE SOUZA

Dou fé. Em testº da verdade Emol.: R\$5,40 Selo: R\$0,45
 Belém-PA, 27/05/2022 14:15. SÉRIE A Nº 3804405.
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 50440830000091408062314250

Ana Celeste Andrade de Araújo - ESCRIVENTE CHEFE

Ana Celeste Andrade de Araújo
Escrevente Autorizada



Tais fatos, se observados isoladamente, não denotariam nenhum vestígio de ajustamento, mas considerados em conjunto, são suficientes para causar estranheza e alerta de uma possível combinação entre as licitantes, o que exige uma averiguação mais acurada dos documentos apresentados por estas, que serão analisados somente em fases posteriores da Concorrência.

Soma-se, ainda, as similaridades acima expostas, a proximidade que os representantes das licitantes mantiveram durante a sessão de análise, em 31/05/2022.

Portanto, ante os vestígios de possíveis arranjos entre as licitantes, nos cumpre alertar o Órgão Licitante para que, quando da abertura dos envelopes de Preço e Memória de Cálculo das Propostas das supramencionadas empresas, proceda a uma criteriosa análise comparativa, com o fito de encontrar elementos que indiquem prática de condutas anticompetitivas entre estas no presente certame.

Sabe-se que encontrar provas diretas de acordos entre licitantes não é das tarefas mais fáceis, haja vista que estas, de todas as formas, tentam dissimular a mitigação da concorrência em certames.

Sabendo desta realidade, o **CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE**⁸, elaborou em 2019, o Guia de Combate à Carteis em Licitações,

⁸ Disponível em:

https://cdn.cade.gov.br/Portal/Not%C3%ADcias/2019/Cade%20publica%20Guia%20de%20Combate%20a%20Cart%C3%A9is%20em%20Licita%C3%A7%C3%A3o_guia-de-combate-a-carteis-em-licitacao-versao-final-1.pdf

no qual evidenciou a importância da análise conjugada das provas indiretas para detectar a frustração da concorrência, dispondo:

As provas indiretas resultam da interpretação ativa – e.g., inferências lógicas, análises econômicas e deduções – levada a cabo pela autoridade, acerca de fatos e indícios que, analisados em conjunto, comprovariam a infração anticoncorrencial, posto não haver outra explicação plausível para os investigados se comportarem daquela maneira. Grifou-se.

Segundo o CADE, as provas indiretas não devem ser valoradas isoladamente, sob pena de se depreciar o acervo probatório, o qual deve ser apreciado em conjunto, “de forma a permitir que as evidências e suas circunstâncias se esclareçam mutuamente, tornando a valoração de tais provas um juízo interpretativo”:

A partir disso, é possível afirmar que, principalmente no caso de cartéis em licitações públicas, **existem circunstâncias que, quando analisadas em conjunto, demonstram não haver outra explicação racional para justificar o comportamento dos licitantes, a não ser a existência de um acordo anticompetitivo prévio** entre eles e estes elementos, considerando a dificuldade cada vez maior de encontrar provas diretas, são fundamentais para a detecção e investigação de cartéis em licitação.

Acerca dos indícios de pré-ajustes em licitações, Brasil Santos e Roberto de Souza⁹, discorrem sobre algumas posturas de empresas que fornecem pistas de combinações prévias, dentre os quais se encaixam as posturas de **FORTIMBER** e **EBATA**:

Podem ser encontrados indícios de conluio nos diversos documentos apresentados pelas empresas. Mesmo que as empresas cartelizadas procurem manter o segredo, o descuido, a prepotência ou a culpa por parte dos conspiradores podem fornecer pistas que levem à sua descoberta. Devem ser **comparados cuidadosamente todos os**

⁹ SANTOS, Franklin Brasil. Como combater a corrupção em licitações: detecção e prevenção de fraudes / Franklin Brasil Santos e Kleberon Roberto de Souza; prefácio de Mário Vinícius Claussen Spinelli. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 96-97

documentos no intuito de encontrar elementos que sugiram que as propostas foram preparadas pela mesma pessoa ou preparadas em conjunto, tais como:

(...)

h) Sequência numérica ou de horário nos documentos de concorrentes. Sem grifos no original.

As práticas combinadas entre licitantes minam o caráter competitivo dos certames e, para evitar condutas anticompetitivas, que são extremamente prejudiciais à Administração e a coletividade, há inúmeros documentos legais que visam proteger a concorrência, sendo o maior exemplo a Constituição da República de 1988, que a elegeu como Princípio da Ordem Econômica:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - livre concorrência; (sem grifos no original).

Em âmbito infraconstitucional, cita-se a Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que prevê dentre as condutas tipificadas como infração à ordem econômica o acordo entre licitantes nos certames públicos:

Art. 36. **Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados**, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, **ainda que não sejam alcançados**:

(...)

§ 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica:

I - acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente, sob qualquer forma:

(...)

d) preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública;
sem grifos no original.

Cita-se, também, a Lei 12.486/2013, que rege a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra à Administração Pública, que elenca como ato lesivo, a prática de combinação entre licitantes, que venha a frustrar o caráter competitivo da licitação:

Art. 5º **Constituem atos lesivos à administração pública**, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; sem grifos no original.

A defesa e proteção à ordem econômica é um objetivo tão visado pelo Constituinte e pelo legislador pós Constitucional, que condutas lesivas a proba marcha processual dos procedimentos licitatórios são punidas independentemente de culpa, no âmbito administrativo.

Ante todo o exposto e visando a não preclusão da matéria, requer desde já que o SFB empreenda acurada e criteriosa análise, quando da abertura das propostas

de preço e memória de cálculo das licitantes em comento, para encontrar possíveis padrões entre as propostas, tais como estimativas semelhantes de custo e mesma proporção nos preços propostos, dentre outros indícios.

E, nas próximas fases, caso se mostrem evidentes as práticas pré-ajustadas entre elas, que seja oficiado à Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para instauração de inquérito administrativo em face das empresas e de seus responsáveis, para a devida apuração de infrações à ordem econômica (Art. 66 e seguintes da Lei 12.259/2011), além de oficiamento ao Ministério Público Federal, para as medidas judiciais cabíveis.

6. DOS PEDIDOS:

Ante toda a exposição arguida nestas Razões Recursais, requer a reforma da decisão da CEL para:

- a) Desclassificar as licitantes **AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA, EXPORTADORA LUANDA LTDA, VALE DO AMAZONAS ALIMENTOS LTDA**, por descumprimento aos itens 1.4 e 9.7.4.1 do Edital;
- b) Caso não se acolha a pretensão acima, em relação à licitante **EXPORTADORA LUANDA LTDA**, pugna pela desclassificação, por violação das disposições do Contrato Social desta e por descumprimento dos itens 6.1.2 e 6.7 do Edital;
- c) Para fins de não preclusão da matéria alegada, nas fases posteriores, suscita o vestígio de combinação entre as licitantes **EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA E FORTIMBER INDUSTRIA FLORESTAL EIRELI**, requerendo, desde já, que nas próximas etapas da licitação, seja feita criteriosa e acurada análise entre as propostas de preço e memória de cálculo destas empresas, com o fito de verificar a atuação proba, ou não, destas licitantes.

Nestes termos pede e espera acolhimento.

De Belém-PA para Brasília-DF, 12 de junho de 2022.

RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI - CNPJ 22.506.862/0001-23
MAURO DA SILVA CALDAS - PROCURADOR





PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO PÚBLICA que faz
RENASCE AGROINDÚSTRIA EIRELI, na
forma abaixo:-

SAIBAM quantos virem este público instrumento de Procuração bastante que, **aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (27/04/2022)**, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em meu Cartório, à Avenida Braz de Aguiar, nº 668, bairro Nazaré, compareceu como Outorgante, **RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.506.862/0001-23, NIRE nº 15600086839, com sede à Estrada da Outeiro s/n, quadra 01, Lote 07 - Distrito Industrial de Icoaraci, Maracacuera - Icoaraci, Belém/PA, neste ato representada por sua titular administradora, **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPPER**, brasileira, nascida em 20/04/1984, casada, filha de [REDACTED]

_____, administradora, portadora da Cédula de Identidade nº _____, inscrita no CPF sob nº _____, residente e domiciliada à _____

endereço profissional à Estrada da Outeiro s/n, quadra 01, Lote 07 - Distrito Industrial de Icoaraci, Maracacuera - Icoaraci, Belém/PA; juridicamente capaz, reconhecida como a própria por mim Escrevente, mediante os documentos de identidade que me foram apresentados, do que dou fé.- E disse que por este instrumento nomeia e constitui seu bastante Procurador, **MAURO DA SILVA CALDAS**, brasileiro, nascido em 28/12/1981, solteiro, filho de [REDACTED], engenheiro florestal, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] inscrito no CPF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado à [REDACTED]

profissional: não informados; a quem confere poderes amplos e ilimitados poderes para representá-la e resolver todos e quaisquer assuntos que necessite a presença e/ou assinatura da Outorgante, especificamente, na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2022 - FLORESTA NACIONAL DO AMANA – LOTE III (PA), EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL**, sob realização do **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB**, em todas as sessões da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2022 – SFB**, podendo concordar com todos os seus termos, requerendo e assinando o que preciso for, inclusive propostas, contratos, alterações contratuais, recibos, receber e cumprir com as exigências expressas e atender exigências necessárias, assistir a abertura de propostas, credenciar terceiros, discordar, receber notificações e intimações, pagar taxas e/ou emolumentos, fazer impugnações, incluindo impugnações ao **Edital de Licitação da Concorrência Pública n.º 001/2022 – SFB**, contra-arrazoar impugnações ao edital, reclamações, protestos, recursos, contrarrazões de recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, prestar garantias, levantá-las, receber importâncias caucionadas ou depositadas, transigir, desistir, formalizar representação, arguir suspeições e

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-388 • Fone: (91) 3249.4018/3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabela

Cartório Condurú

4º Ofício de Notas
Belém - PA

Autentico a presente cópia, conforme o original a mim.

Emol.: R\$6,40 Selo: R\$0,00

leem-PA, 03/05/2022 14:11 SERIE A Nº 980849.
CÓDIGO DE SEGURANÇA 94866999999997645011310240

Deise Maria Silva de Souza - ESCRIVENTE CHEFE

impedimentos, representar contra autoridades públicas, juntar e retirar documentos, constituir procurador com poderes "ad judicia", substabelecer com ou sem reserva de poderes, enfim, praticar e usar dos mais variados poderes em direito permitidos e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato.- **As partes declaram, expressamente, que tem conhecimento e aceitam que, de acordo com a Lei 6.015/77, os dados pessoais constantes neste ato são públicos, porém dão sua expressa concordância para divulgação dos mesmos com a finalidade de emissão de certidões, segundas vias, envio aos órgãos públicos e fiscalizadores e para o cumprimento das exigências legais e regimentais nos termos do artigo 7º da Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD-Lei 13.709 de 14/08/2018.-** A Outorgante declara ainda que todas as informações contidas neste instrumento foram fornecidas e por ela conferidas, que se responsabiliza por sua exatidão, as quais deverão ser verificadas e comprovadas por ocasião da utilização do presente instrumento, isentando o Cartório de qualquer responsabilidade quanto à exatidão das mesmas.-ASSIM o disse, outorgou, aceitou e pediu-me este instrumento que lhe sendo lido e achado conforme, assinou perante mim, Maria de Nazaré de Kós Miranda Marques, Tabeliã Substituta, que o digitei, SOB MINUTA.- E eu, Raimunda Terezinha de Kós Miranda, Tabeliã Vitalícia, subscrevo e assino.- **RAIMUNDA TEREZINHA DE KÓS MIRANDA.-** Belém, 27 de abril de 2022.- **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER.-** E eu, **EIRELI.-** Tabeliã Vitalícia, subscrevo e assino, em público e raso.-

Em sinal e testemunho _____ da verdade.-

Belém, 27 de abril de 2022.-

Newton B. Miranda Jr.
Tabelião Substituto

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE SEGURANÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO PROC. PÚBLICA Nº: 58689 - SÉRIE: A - SELADO EM: 27/04/2022
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 9868500000041501441211140

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	245,60	36,84	6,14




Daise Maria Silva de Souza
Escrevente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MAURO DA SILVA CALDAS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
 [REDACTED]

CPF
 [REDACTED]

DATA NASCIMENTO
 [REDACTED]

FILIAÇÃO
LUIZ ALFREDO MACHADO CALDAS
GENILDA DA SILVA CALDAS

PERMISSÃO
 [REDACTED]

ACC
 [REDACTED]

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
 [REDACTED]

VALIDADE
29/06/2025

1ª HABILITAÇÃO
10/07/2002

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR
Mauro da Silva Caldas

LOCAL
BELEM, PA

DATA EMISSÃO
01/07/2020

ASSINATURA DO EMISSOR
Marcelo Lima Guedes

61708126988
 PA277544300

PARÁ

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 2114878260

PROIBIDO PLASTIFICAR
 2114878260



Cartório Conduru
 4º Ofício de Notas
 Belém - PA

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-388 • Fone: (91) 3249.4000 / 3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião



Autentico a presente cópia reprográfica, frente e verso, conforme o original a mim apresentado. Dou fé.

Emol.: R\$ 6,40 Selo: R\$ 0,85
 Belém-PA, 01/04/2022 16:48 SÉRIE: A Nº 876313
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 31367800000042646324214130

Larissa Cristina Sousa Sacramento - ESCRIVENTE

Larissa Cristina Sousa Sacramento
 Escrevente Autorizada

Larissa Cristina Sousa Sacramento
 Escrevente Autorizada

EM BRANCO
CONDURU

EM BRANCO
CONDURU

0305

20220115

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
RD APLICACOES DE SERVICOS EM FLORESTAS EIRELI**

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição:

REBECCA VIEIRA DANDOLINI nacionalidade BRASILEIRA, nascida em [REDACTED], casada em
COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF/MF nº [REDACTED], CARTEIRA DE
IDENTIDADE nº [REDACTED], órgão expedidor [REDACTED], residente e domiciliado no(a) [REDACTED]
[REDACTED]

Resolve por este ato CONSTITUIR, como de fato constitui, uma empresa do tipo juridico, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa gira sob o nome empresarial RD APLICACOES DE SERVICOS EM FLORESTAS EIRELI e nome fantasia RD APLICACOES DE SERVICOS EM FLORESTAS.

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa tem sede: ESTRADA DO OUTEIRO, S/N, QUADRA B LOTE 26, SETOR 3, MARACACUERA (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66.815-555.

CLÁUSULA TERCEIRA. A empresa pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa tem por objeto(s):
EXTRAÇÃO DE MADEIRA EM FLORESTAS NATIVAS, ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES (TRATORES DE ESTEIRA, TRATORES DE PNEUS, MOTONIVELADORAS, CARREGADEIRAS, EMPILHADEIRAS, ESCAVADEIRAS, SKID'S).

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

0220-9/01 - extração de madeira em florestas nativas.
0230-6/00 - atividades de apoio à produção florestal.
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

Dep.

Req: 81500000144855

Página 1

JUCEPA 0306

22/05/2015

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
RD APLICACOES DE SERVICOS EM FLORESTAS EIRELI**

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL

CLÁUSULA SEXTA. A empresa tem o capital de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a REBECCA VIEIRA DANDOLINI, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa

Dei.

Rcq: 81500000144855

Página 2

JUCEPA 0307

2250015

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
RD APLICACOES DE SERVICOS EM FLORESTAS EIRELI**

da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedido para constituir a presente EIRELI.

NOME DE FANTASIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O NOME DE FANTASIA SERÁ RD APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Fica eleito o foro de BELÉM para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo

BELEM - PA, 13 de maio de 2015.


REBECCA VIEIRA DANDOLINI
CPF: [REDACTED]



"R D APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS EIRELI"
CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

1ª Alteração de Contrato Social de Empresário, com consolidação dos atos anteriores

Por este instrumento particular de alteração de contrato social de Empresário, com consolidação dos atos anteriores o abaixo assinado:

REBECCA VIEIRA DANDOLINI, brasileira, administradora, casada sob o regime comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Belém, Estado do Pará, nascida aos dias 20/04/1984, residente e domiciliada em [REDACTED] portadora da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] e do CPF/MF sob nº [REDACTED]

Titular da Firma "**R D APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS EIRELI**", com sede e foro em Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra B, Lote 26, Setor 3, Bairro Maracacuera Icoaraci, CEP: 66.815-555, cadastrada no CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23, e registrada na: **MM Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA**, sob nº 15600086839, em sessão de 22 de maio de 2015, tem entre si justo e combinado alterá-lo e consolidá-lo nas seguintes cláusulas e condições:

A) Da Alteração Contratual:

I – Da Alteração de Nome da Titular:

Cláusula 1ª. Altera-se neste ato o Nome da Titular da EIRELI Srª. Rebecca Vieira Dandolini, passando a se chamar **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER**, conforme Certidão de casamento Matrícula nº [REDACTED] registrada no Cartório de Registro Civil [REDACTED]

II – Denominação e Razão Social:

Cláusula 2ª. A sociedade que tem sua denominação e razão social de: R D APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS EIRELI, altera-se para: "**RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI**".

Cláusula 3ª. A Empresa pode, no exclusivo exercício de seus interesses sociais, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações em qualquer outro ponto da Cidade onde está sua sede, do Estado e do Território Nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

B) Da Consolidação Contratual:

I – Denominação e Razão Social:

Cláusula 1ª. A Empresa tem como denominação e razão social de "**RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI**".

II – Da Sede:

Cláusula 2ª. A sede social está localizada na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra B, Lote 26, Setor 3, Bairro Maracacuera Icoaraci, CEP: 66815-555.

Cláusula 3ª. A Empresa pode, no exclusivo exercício de seus interesses sociais, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações em qualquer outro ponto da Cidade onde está sua sede, do Estado e do Território Nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

III – Do Objeto Social:

Cláusula 4ª. O objeto social fica assim demonstrado:

Req: 81900000256217

RVP



Certifico o Registro em 03/06/2019
Arquivamento 20000609945 de 03/06/2019 Protocolo 195455924 de 03/06/2019 NIRE 15600086839
Nome da empresa RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 93051772311456



"R D APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS EIRELI"

2

CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

1ª Alteração de Contrato Social de Empresário, com consolidação dos atos anteriores

- a) Extração de madeira em florestas nativas;
- b) Atividade de Apoio a Exploração Florestal;
- c) Aluguel de Máquinas e Equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Tais como: Tratores de Esteira, Tratores de pneus, Motoniveladoras, Carregadeiras, Empilhadeiras, Escavadeiras e skid's.

Cláusula 5ª. A empresa poderá exercer sua atividade social em dependências próprias ou de terceiros de acordo com sua conveniência profissional.

IV - Do Prazo de Duração:

Cláusula 6ª. O prazo de duração da Empresa é indeterminado. Entretanto, por decisão da Empresária, e obedecendo a legislação pertinente, bem como os termos e condições dispostos neste instrumento, poderá ser extinta a qualquer tempo.

V - Do Capital Social:

Cláusula 7ª. O capital social é de R\$- 100.000,00 (Cem Mil reais), totalmente integralizadas em moeda corrente e vigente do país.

Parágrafo Único: A responsabilidade da Empresária é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

VI - Da Administração da Empresa:

Cláusula 8ª. A administração da Empresa será exercida pela Titular Srª. **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER**, que assinará todos os atos e fatos administrativos e financeiros, representando a pessoa jurídica ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente, nas relações e com terceiros, podendo nomear procurador para esse fim.

Parágrafo I O uso da firma será feito pela Titular, e exclusivamente para negócios da própria sociedade.

Cláusula 9ª. A Titular poderá retirar mensalmente a título de "Pró-labore" uma retirada em valor a ser fixado, sempre no mês de Janeiro de cada ano, observando-se os parâmetros da legislação específica. Esta despesa, acrescida dos encargos sociais correspondentes, integrará os custos operacionais da sociedade.

Cláusula 10ª. É facultado a Titular indicar para contratação pessoa na área de Administração da empresa, ou profissional que demonstre ter notável capacidade e de reconhecido saber no ramo empresarial para gerenciar a pessoa jurídica.

VII - Das vedações contratuais:

Cláusula 11ª. É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos ao objetivo social.

Cláusula 12ª. A Titular se utilizar o nome da sociedade nas condições proibidas responderá social, civil e criminalmente. A pessoa jurídica nada responderá pela eficácia dos atos praticados nessas circunstâncias.

Cláusula 13ª. Fora do objetivo social, a Titular, em nome da empresa, não poderá conceder avais, fiança ou outras garantias fiduciárias que se lhe possa assemelhar em proveito próprio ou de terceiro.

Cláusula 14ª. Fica estabelecido que o Capital da EIRELI fica totalmente impenhorável por dívidas pessoais da Titular ou da própria empresa, sejam elas de qualquer origem.

RLP

Req: 81900000256217



Certifico o Registro em 03/06/2019

Arquivamento 20000609945 de 03/06/2019 Protocolo 195455924 de 03/06/2019 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER LOCACOES DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 93051772311456

"R D APLICAÇÕES DE SERVIÇOS EM FLORESTAS EIRELI"

3

CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23**1ª Alteração de Contrato Social de Empresário, com consolidação dos atos anteriores****VIII - Do óbito da Titular:**

Cláusula 15ª. Na hipótese de óbito da Titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

IX - Do encerramento do exercício social:

Cláusula 16ª. Ao final de cada exercício social em 31/12 a Titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula 17ª. Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, a Titular deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

X - Da Declaração:

Cláusula 18ª. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da **EIRELI**, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 19ª. A Administradora declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

XI - Do foro:

Cláusula 20ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, como o competente para o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando assim justo lavra o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma assinadas pela titular da EIRELI, destinando a 1ª. (primeira) via ao arquivamento na **MM Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA** e 2ª (segunda) via ao Empresário.

Belém - PA, 28 de Maio de 2019.

KOS MIRANDA

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

CANTORIO KOS MIRANDA
6º Tabelionato de Notas de Belém/PA
Raimunda Terezinha de KOS Miranda - Tabelião Titular
Av. Brás de Aguiar nº 668 - Nazaré - Cep: 66035-000 - Belém/PA - Fone: (91) 3224-1100 - 11
Reconheço por semelhança a(s) firme(s) de:
[03/06/2019] - REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER
De que do(a) Belém/PA, 28 de Maio de 2019
Em testemunho do
DEVYTON BURLANQUIDE MIRANDA JR
TABELIÃO SUBSTITUTO

023.364.241

Req: 81900000256217



Certifico o Registro em 03/06/2019

Arquivamento 20000609945 de 03/06/2019 Protocolo 195455924 de 03/06/2019 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER LOCACOES DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 93051772311456

"RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI"**CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23****2ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores**http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=136MVL-T546Gd0T0s1rBBg&chave2=K72jYVVD1IDm0w_EDM0w
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553768287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

Por este instrumento particular de alteração de contrato social de Eireli, com consolidação dos atos anteriores o abaixo assinado:

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER, brasileira, administradora, casada sob o regime comunal de bens, comerciante, natural de Belém, Estado do Pará, nascida aos dias 20/04/1984, residente e domiciliada em Belém, Estado do Pará, sito à Travessa Padre Eutiquio nº 1800, Edifício Oriente Vasconcelos, Apartamento 400, Bairro Campina, CEP: 66015-000, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] e do CPF/MF sob nº [REDACTED]

Titular da Firma **"RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI"**, com sede e foro em Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra B, Lote 26, Setor 3, Bairro Maracacuera Icoaraci, CEP: 66.815-555, cadastrada no CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23, e registrada na: **MM Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA**, sob nº 15600086839, em sessão de 22 de maio de 2015, tem entre si justo e combinado alterá-lo e consolidá-lo nas seguintes cláusulas e condições:

A) Da Alteração Contratual:**I – Denominação e Razão Social:**

Cláusula 1. A Empresa que tem sua denominação e razão social de: **RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, altera-se para: **RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI e terá como nome de fantasia: RENASCER WOOD.**

Cláusula 2ª. A sociedade pode, no exclusivo exercício de seus interesses sociais, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios em qualquer outro ponto da Cidade onde está sua sede, do Estado e do Território Nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

II – Da Sede:

Cláusula 3ª. A sede social da empresa que está localizada em Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra B, Lote 26, Setor 3, Bairro Maracacuera Icoaraci, CEP: 66.815-555, fica de ora em diante transferida para o seguinte endereço: **Estrada do Outeiro s/nº, Quadra 01 Lote 07, Distrito Industrial de Icoaraci, Bairro Maracacuera-Icoaraci, CEP: 66815-555 na cidade de Belém, Estado do Pará.**

III – Do Objeto Social:

Cláusula 4ª. O objeto social fica assim demonstrado:

Atividade Econômica Principal:

a) 16.10-2/03 – Serrarias com desdobramento de madeira em bruto;

Atividade Econômica Secundária:

b) 16.10-2/04 – Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto-Resserragem;

c) 16.22-6-02 – Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;

d) 46.71-1/00 – Comércio atacadista de madeira e produtos derivados;

e) 02.20-9/01 – Extração de Madeira em Florestas Nativas;

f) 02.30-6/00 – Atividades de apoio à produção florestal;

g) 77.32-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, tais como: Tratores, escavadoras, Moto niveladoras e similares;

h) 77.19-5/99 – Locação de meios de transporte sem condutor, tais como: Ônibus, Caminhões, reboques, semi-reboques e similares.

Cláusula 5ª. A Empresa poderá exercer sua atividade social em dependências próprias ou de terceiros de acordo com sua conveniência profissional.

06/12/2021

Certifico o Registro em 06/12/2021

Arquivamento 20000745819 de 06/12/2021 Protocolo 215540786 de 03/12/2021 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100875204026850



“RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI”**CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23****2ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores**http://assinador.pccs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13MYL-T56ndT0s1xRBg&chave2=X72jyYD11DmDwx_EDNk0w
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 7853769287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER**B) Da Consolidação Contratual:****I – Denominação e Razão Social:**

Cláusula 1ª. A Empresa tem como denominação e razão social de “**RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI**” e nome de fantasia **RENASCER WOOD**.

II – Da Sede:

Cláusula 2ª. A sede social está localizada na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra 01, Lote 07, Distrito Industrial de Icoaraci, Bairro Maracacuera-Icoaraci, CEP: 66815-555.

Cláusula 3ª. A Empresa pode, no exclusivo exercício de seus interesses sociais, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações em qualquer outro ponto da Cidade onde está sua sede, do Estado e do Território Nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

III – Do Objeto Social:

Cláusula 4ª. O objeto social fica assim demonstrado:

Atividade Econômica Principal:

a) 16.10-2/03 – Serrarias com desdobramento de madeira em bruto;

Atividade Econômica Secundária:

b) 16.10-2/04 – Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto-Resserragem;

c) 16.22-6-02 – Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;

d) 46.71-1/00 – Comércio atacadista de madeira e produtos derivados;

e) 02.20-9/01 – Extração de Madeira em Florestas Nativas;

f) 02.30-6/00 – Atividades de apoio à produção florestal;

g) 77.32-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, tais como: Tratores, escavadoras, Motoniveladoras e similares;

h) 77.19-5/99 – Locação de meios de transporte sem condutor, tais como: Ônibus, Caminhões, reboques, semi-reboques e similares.

Cláusula 5ª. A Empresa poderá exercer sua atividade social em dependências próprias ou de terceiros de acordo com sua conveniência profissional.

IV – Do Prazo de Duração:

Cláusula 6ª. O prazo de duração da Empresa é indeterminado. Entretanto, por decisão da Empresária, e obedecendo a legislação pertinente, bem como os termos e condições dispostos neste instrumento, poderá ser extinta a qualquer tempo.

V – Do Capital Social:

Cláusula 7ª. O capital social é de R\$- 100.000,00 (Cem Mil reais), totalmente integralizadas em moeda corrente e vigente do país.

Parágrafo Único: A responsabilidade da Empresária é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

VI – Da Administração da Empresa:

Cláusula 8ª. A administração da Empresa será exercida pela Titular Srª, **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER**, que assinará todos os atos e fatos administrativos e financeiros, representando a pessoa jurídica ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente, nas relações e com terceiros, podendo nomear procurador para esse fim.

06/12/2021



Certifico o Registro em 06/12/2021

Arquivamento 20000745819 de 06/12/2021 Protocolo 215540786 de 03/12/2021 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100875204026850

“RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI”
CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

2ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores

3



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMYL-T54G5T061rEg&chave2=K72jYVTD1DM0w_BDMXOW
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553768287-PHECCCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

Parágrafo I O uso da firma será feito pela Titular, e exclusivamente para negócios da própria sociedade.

Cláusula 9ª. A Titular poderá retirar mensalmente a título de "Pró-labore" uma retirada em valor a ser fixado, sempre no mês de Janeiro de cada ano, observando-se os parâmetros da legislação específica. Esta despesa, acrescida dos encargos sociais correspondentes, integrará os custos operacionais da sociedade.

Cláusula 10ª. É facultado a Titular indicar para contratação pessoa na área de Administração da empresa, ou profissional que demonstre ter notável capacidade e de reconhecido saber no ramo empresarial para gerenciar a pessoa jurídica.

VII - Das vedações contratuais:

Cláusula 11ª. É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos ao objetivo social.

Cláusula 12ª. A Titular se utilizar o nome da sociedade nas condições proibidas responderá social, civil e criminalmente. A pessoa jurídica nada responderá pela eficácia dos atos praticados nessas circunstâncias.

Cláusula 13ª. Fora do objetivo social, a Titular, em nome da empresa, não poderá conceder avais, fiança ou outras garantias fiduciárias que se lhe possa assemelhar em proveito próprio ou de terceiro.

Cláusula 14ª. Fica estabelecido que o Capital da EIRELI fica totalmente impenhorável por dívidas pessoais da Titular ou da própria empresa, sejam elas de qualquer origem.

VIII - Do óbito da Titular:

Cláusula 15ª. Na hipótese de óbito da Titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

IX - Do encerramento do exercício social:

Cláusula 16ª. Ao final de cada exercício social em 31/12 a Titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula 17ª. Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, a Titular deliberará sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

X - Da Declaração:

Cláusula 18ª. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da **EIRELI**, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 19ª. A Administradora declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.



Certifico o Registro em 06/12/2021

Arquivamento 20000745819 de 06/12/2021 Protocolo 215540786 de 03/12/2021 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100875204026850

06/12/2021

“RENASCER LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EIRELI”

CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

2ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores

4



http://assinador.jucepa.pa.gov.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qMYL-T54GnGtOS1rBEg&chave2=K72jvTVD1DmDw_FDMKow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 7653768287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

XI - Do foro:

Cláusula 20ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, como o competente para o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando assim justo lavra o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma assinadas pela titular da EIRELI, destinando a 1ª. (primeira) via ao arquivamento na **MM Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA** e 2ª (segunda) via ao Empresário.

Belém - PA, 26 de Novembro de 2021.

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER



Certifico o Registro em 06/12/2021

Arquivamento 20000745819 de 06/12/2021 Protocolo 215540786 de 03/12/2021 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 100875204026850

06/12/2021

"RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI"

CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

3ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores

Por este instrumento particular de alteração de contrato social de Eireli, com consolidação dos atos anteriores o abaixo assinado:

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER, brasileira, administradora, casada sob o regime comunitário de bens, comerciante, natural de Belém, Estado do Pará, nascida aos dias

66635-894, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] e do CPF/MF sob nº [REDACTED]

Titular da Firma "**RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI**", com sede e foro em Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra 01, Lote 07, Distrito Industrial de Icoaraci, Bairro Maracacuera-Icoaraci, CEP: 66.815-555, cadastrada no CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23, e registrada na: **MM Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA**, sob nº 15600086839, em sessão de 22 de maio de 2015, tem entre si justo e combinado alterá-lo e consolidá-lo nas seguintes cláusulas e condições:

A) Da Alteração Contratual:

I – Do Objeto Social:

Cláusula 1ª. O objeto social fica assim demonstrado:

Atividade Econômica Principal:

- a) 16.10-2/03 – Serrarias com desdobramento de madeira em bruto;

Atividade Econômica Secundária:

- b) 16.10-2/04 – Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto-Resserragem;
c) 16.22-6-02 – Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;
d) 46.71-1/00 – Comércio atacadista de madeira e produtos derivados;
e) 02.20-9/01 – Extração de Madeira em Florestas Nativas;
f) 02.30-6/00 – Atividades de apoio à produção florestal;
g) 77.32-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, tais como: Tratores, escavadoras, Motoniveladoras e similares;
h) 77.19-5/99 – Locação de meios de transporte sem condutor, tais como: Ônibus, Caminhões, reboques, semi-reboques e similares;
i) 64.62-0/00 – Holdings de instituições não financeiras.

Cláusula 5ª. A Empresa poderá exercer sua atividade social em dependências próprias ou de terceiros de acordo com sua conveniência profissional.

B) Da Consolidação Contratual:

I – Denominação e Razão Social:

Cláusula 1ª. A Empresa tem como denominação e razão social de "**RENASCER AGROINDÚSTRIA EIRELI**" e nome de fantasia **RENASCER WOOD**.

II – Da Sede:

Cláusula 2ª. A sede social está localizada na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Estrada do Outeiro s/nº, Quadra 01, Lote 07, Distrito Industrial de Icoaraci, Bairro Maracacuera-Icoaraci, CEP: 66815-555.

Cláusula 3ª. A Empresa pode, no exclusivo exercício de seus interesses sociais, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações em qualquer outro ponto da Cidade onde está sua sede, do Estado e do Território Nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

III – Do Objeto Social:

03/03/2022

Certifico o Registro em 03/03/2022

Arquivamento 20000760399 de 03/03/2022 Protocolo 225193086 de 01/03/2022 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 94002827354851



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjXy1M0C-vRj-8xerVpAcqave2=K72jYVYD1IDmUwX_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553768287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER



Cláusula 4ª. O objeto social fica assim demonstrado:

Atividade Econômica Principal:

- a) 16.10-2/03 – Serrarias com desdobramento de madeira em bruto;

Atividade Econômica Secundária:

- b) 16.10-2/04 – Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto-Resserragem;
c) 16.22-6-02 – Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;
d) 46.71-1/00 – Comércio atacadista de madeira e produtos derivados;
e) 02.20-9/01 – Extração de Madeira em Florestas Nativas;
f) 02.30-6/00 – Atividades de apoio à produção florestal;
g) 77.32-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, tais como: Tratores, escavadoras, Motoniveladoras e similares;
h) 77.19-5/99 – Locação de meios de transporte sem condutor, tais como: Ônibus, Caminhões, reboques, semi-reboques e similares;
i) 64.62-0/00 – Holdings de instituições financeiras.

Cláusula 5ª. A Empresa poderá exercer sua atividade social em dependências próprias ou de terceiros de acordo com sua conveniência profissional.

IV - Do Prazo de Duração:

Cláusula 6ª. O prazo de duração da Empresa é indeterminado. Entretanto, por decisão da Empresária, e obedecendo a legislação pertinente, bem como os termos e condições dispostos neste instrumento, poderá ser extinta a qualquer tempo.

V - Do Capital Social:

Cláusula 7ª. O capital social é de R\$- 100.000,00 (Cem Mil reais), totalmente integralizadas em moeda corrente e vigente do país.

Parágrafo Único: A responsabilidade da Empresária é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

VI - Da Administração da Empresa:

Cláusula 8ª. A administração da Empresa será exercida pela Titular Srª. **REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER**, que assinará todos os atos e fatos administrativos e financeiros, representando a pessoa jurídica ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente, nas relações e com terceiros, podendo nomear procurador para esse fim.

Parágrafo I O uso da firma será feito pela Titular, e exclusivamente para negócios da própria sociedade.

Cláusula 9ª. A Titular poderá retirar mensalmente a título de "Pró-labore" uma retirada em valor a ser fixado, sempre no mês de Janeiro de cada ano, observando-se os parâmetros da legislação específica. Esta despesa, acrescida dos encargos sociais correspondentes, integrará os custos operacionais da sociedade.

Cláusula 10ª. É facultado a Titular indicar para contratação pessoa na área de Administração da empresa, ou profissional que demonstre ter notável capacidade e de reconhecido saber no ramo empresarial para gerenciar a pessoa jurídica.

VII - Das vedações contratuais:

Cláusula 11ª. É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios estranhos ao objetivo social.

03/03/2022



Certifico o Registro em 03/03/2022

Arquivamento 20000760399 de 03/03/2022 Protocolo 225193086 de 01/03/2022 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCE AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 94002827354851

"RENASCE AGROINDUSTRIA EIRELI"

CNPJ/MF nº 22.506.862/0001-23

3ª Alteração de Contrato Social, com consolidação dos atos anteriores

3



http://assinador.pses.com.br/assinadordoc/autenticacao?chave1=4a81x13MCC-vRj-8rerVpA&chave2=K72jyVYDILDrUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553768287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PERER

Cláusula 12ª. A Titular se utilizar o nome da sociedade nas condições proibidas responderá social, civil e criminalmente. A pessoa jurídica nada responderá pela eficácia dos atos praticados nessas circunstâncias.

Cláusula 13ª. Fora do objetivo social, a Titular, em nome da empresa, não poderá conceder avais, fiança ou outras garantias fiduciárias que se lhe possa assemelhar em proveito próprio ou de terceiro.

Cláusula 14ª. Fica estabelecido que o Capital da EIRELI fica totalmente impenhorável por dívidas pessoais da Titular ou da própria empresa, sejam elas de qualquer origem.

VIII - Do óbito da Titular:

Cláusula 15ª. Na hipótese de óbito da Titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

IX - Do encerramento do exercício social:

Cláusula 16ª. Ao final de cada exercício social em 31/12 a Titular prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula 17ª. Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, a Titular deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

X - Da Declaração:

Cláusula 18ª. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da **EIRELI**, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 19ª. A Administradora declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

XI - Do foro:

Cláusula 20ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, como o competente para o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando assim lavra o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma assinadas pela titular da EIRELI, destinando a 1ª. (primeira) via ao arquivamento na **MM Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA** e 2ª (segunda) via ao Empresário.

Belém - PA, 17 de Fevereiro de 2022.

03/03/2022



Certifico o Registro em 03/03/2022

Arquivamento 20000760399 de 03/03/2022 Protocolo 225193086 de 01/03/2022 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCE AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 94002827354851



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjXy1M0C-vRj-8terVpAachave2=K72jYVYD1IDmJwx_EDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553768287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER



Certifico o Registro em 03/03/2022

Arquivamento 20000760399 de 03/03/2022 Protocolo 225193086 de 01/03/2022 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 94002827354851

03/03/2022



225193086

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI
PROTOCOLO	225193086 - 01/03/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 15600086839
CNPJ 22.506.862/0001-23
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/03/2022
SOB N: 20000760399

EVENTOS

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20000760399

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: [REDACTED] REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER - Assinado em 03/03/2022 às 12:55:25



Maria De Fátima Cavalcante Vasconcelos
Secretaria Geral

03/03/2022

Certifico o Registro em 03/03/2022
Arquivamento 20000760399 de 03/03/2022 Protocolo 225193086 de 01/03/2022 NIRE 15600086839
Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 94002827354851

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxv3M0C94ZXNRumwYQ8chavez=K7ZjyVYD1LDmJwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 78553/68287-REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EPP

A empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI registrado na Junta Comercial em 22/05/2015, NIRE: 15600086839, CNPJ: 22506862000123, estabelecida na(o) ESTRADA DO OUTEIRO, S/N, QUADRA:01;LOTE:07;;DIST.INDUST.ICOARACI, MARACACUERA (ICOARACI), BELÉM, PA, CEP 66.815-555, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se desenquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 318

Descrição do Ato: Desenquadramento de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

BELÉM - PA., 10 de março de 2022.

REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER

Para uso exclusivo da Junta Comercial

DEFERIDO EM ____/____/____	Etiqueta de registro
----------------------------	----------------------

Requerimento: 81200006194365

11/03/2022



Certifico o Registro em 11/03/2022

Arquivamento 20000762029 de 11/03/2022 Protocolo 225147807 de 10/03/2022 NIRE 15600086839

Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 65524575926850



225147807

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI
PROTOCOLO	225147807 - 10/03/2022
ATO	318 - DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
EVENTO	318 - DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MATRIZ

NIRE 15600086839
CNPJ 22.506.862/0001-23
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/03/2022
SOB N: 20000762029

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: [REDACTED] REBECCA VIEIRA DANDOLINI PEPER - Assinado em 10/03/2022 às 18:01:04


Maria De Fátima Cavalcante Vasconcelos
Secretaria Geral

1

11/03/2022



Certifico o Registro em 11/03/2022
Arquivamento 20000762029 de 11/03/2022 Protocolo 225147807 de 10/03/2022 NIRE 15600086839
Nome da empresa RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 65524575926850



CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA			
NIRE 15600086839		CNPJ 22.506.862/0001-23	
OBSERVAÇÕES			
CERTIFICAMOS QUE, ATÉ A PRESENTE DATA OS ATOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA SÃO OS ABAIXO MENCIONADOS.			
Ato	Número	Data	Descrição
091	15600086839	22/05/2015	ATO CONSTITUTIVO
316	20000434668	22/05/2015	ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	20000609945	03/06/2019	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	20000609945	03/06/2019	CONSOLIDACÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20000745819	06/12/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	20000745819	06/12/2021	CONSOLIDACÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20000749884	05/01/2022	BALANCO
223	20000751580	17/01/2022	BALANCO
002	20000760399	03/03/2022	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20000760399	03/03/2022	CONSOLIDACÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
318	20000762029	11/03/2022	DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/telavalidadocs.aspx Código de Controle e Protocolo encontram-se no rodapé deste documento. Certidão emitida com base na IN DREI Nº 20, de 05 de dezembro de 2013.

BELEM - PA, 16 de Maio de 2022

Maria de Fátima Cavaleante Vasconcelos
Secretária Geral

224834452

